

ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE

HILLARY VITORIA RODRIGUES PORTO¹

DANIEL LOPES ROMEU² ALINE DE CASTRO E KASTER³

¹Universidade Federal de Pelotas – hillaryporto@hotmail.com

²Universidade federal de Pelotas – danielufpellibras@gmail.com

³Universidade federal de Pelotas – alinelibras@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) está mostrando ser cada vez mais importante nas universidades, porque após a criação da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005, que reconhecem a Libras como meio legal de comunicação e expressão, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados. Por isso, é papel das universidades promover esse ensino que incentiva a inclusão e o respeito ao sujeito surdo.

O curso de Libras de nível Básico 1, oferecido pela Rede Idiomas sem Fronteiras (IsF), disponibilizou 20 vagas para os participantes, mas o número de alunos ativos ao longo do curso foi menor. A duração total foi de 10 aulas, com um encontro por semana.

A maioria dos participantes não tinha conhecimento prévio em nenhuma língua adicional. A Rede Idiomas sem Fronteiras (IsF) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) tem contribuído com esse desafio, ofertando cursos de línguas, incluindo a Libras.

Durante esse processo de ensino e aprendizagem, foi possível observar também a ocorrência de alternância de códigos que é o uso alternado de Libras e português, principalmente nas interações com alunos ouvintes na fase inicial de aprendizagem. Essa prática é comum em contextos bilíngues e reflete tanto em estratégias comunicativas quanto pedagógicas. Por exemplo, em sala de aula, as explicações eram em português, mas acompanhadas de sinais para reforçar o entendimento e facilitar a associação entre as línguas para os alunos. Segundo Bortoni-Ricardo (2004), a alternância de códigos é um fenômeno recorrente em situações de contato linguístico e pode representar uma competência comunicativa sofisticada, especialmente em contextos educativos multilíngues.

Este relato de experiência tem como objetivo partilhar a vivência da docência com a primeira turma do curso de Libras, oferecido pelo ISF. A proposta é apresentar o processo de ensino e aprendizagem, os recursos utilizados, os desafios encontrados, e os aprendizados adquiridos.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

As aulas eram de modo presencial, e eram destinadas a alunos, técnicos e docentes da Universidade Federal de Pelotas, mas também a membros da comunidade externa que se interessam pelo aprendizado de Libras. Por se tratar de uma turma de nível inicial, os conteúdos abordados eram básicos da

comunicação em Libras, como saudações, apresentações pessoais, números, além de outras situações do dia a dia que facilitam o uso da língua.

Para deixar as aulas mais dinâmicas e atraentes foram usados recursos didáticos e atividades diversas, com foco em estimular a participação dos alunos. Slides eram usados para apresentar conceitos e imagens que ajudaram no entendimento dos sinais e na conexão visual para a aprendizagem. No intuito de complementar o uso dos slides, foram introduzidos jogos virtuais, que auxiliam na fixação dos conteúdos de forma lúdica e interativa.

Além disso, foram usados jogos manuais, como o bingo, que mostrou ser uma atividade muito eficiente para fazer a turma se entrosar e ter uma interação, além de ter se tornado uma experiência de aprendizagem divertida e memorável para os alunos.

Outra estratégia foi a distribuição de folhas impressas e cartazes que continham exercícios e informações complementares, com o objetivo de incentivar o estudo e ajudar nas revisões de conteúdos. Durante as aulas, foram realizadas várias atividades que estimulavam os estudantes a sinalizar entre si, simulando situações reais de comunicação. Esses diálogos possibilitam a aplicação dos conteúdos de maneira interativa e dinâmica.

Essas atividades em grupo eram importantes para incentivar a interação e o aprendizado dos alunos, pois incentivaram a troca de experiências e o apoio entre eles. Mesmo com a participação relevante durante as aulas, um desafio foi encontrado a falta de estudo individual por parte de alguns alunos. Essa dificuldade foi algo impactante na fixação dos sinais e dos conteúdos programados.

Mas no geral, as atividades aplicadas foram eficazes e atingiram os objetivos pedagógicos, pois combinaram diferentes métodos e recursos que respeitavam a natureza da Libras como língua visual-espacial, tornando o processo inclusivo e interativo para os estudantes

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa experiência como professora de Libras no Programa Idiomas sem Fronteiras (ISF) da Universidade Federal de Pelotas foi uma experiência maravilhosa. A oportunidade de dar aulas para uma turma iniciante possibilitou passar os conhecimentos recebidos pelo curso

Letras Libras/Literatura Surda, curso que forma professores de Libras da universidade federal de Pelotas. Ao mesmo tempo, pode ser passado esse conhecimento para frente também possibilitou aprender com os alunos e com os desafios da docência.

Durante o curso, foi perceptível o quanto o ensino da Libras pode despertar o interesse dos alunos e contribuir para a inclusão. Muitos desses estudantes nunca tiveram contato com a língua de sinais e demonstraram muito interesse nas aulas, participando das atividades e jogos propostos.

A interação em sala foi marcada pela colaboração e respeito mútuo. Os jogos, diálogos e as dinâmicas em grupo tornaram o ambiente leve e acolhedor, favorecendo o aprendizado.

Essa experiência reforçou o desejo de continuar ensinando e contribuir para que a Libras ganhe cada vez mais espaço na sociedade na universidade.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor de línguas diante do texto falado*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.